

MESA TEMÁTICA: LA NUEVA RURALIDAD

TÍTULO: MULTIFUNCIONALIDADE DO ESPAÇO RURAL

Autor: **Marcelo Panis**¹ - panis02@yahoo.com.br

Co-autores: **Fabiane Funk**² - fabifunk@hotmail.com

Orientadora: **Giancarla Salamoni**³ - giansa@terra.com.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ECONOMIA – DEGECON
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E AMBIENTAIS - LEAA**

Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA – DEGECOM – ICH – UFPEL

Rua Cel. Alberto Rosa, 154, CEP 96010-770. Fone: (0xx53) 3278 6665 r. 216

www.ufpel.edu.br/ich

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO ESPAÇO

O espaço é um dos conceitos-chave para a geografia, e pode ser compreendido segundo suas categorias (forma, função, estrutura e processos), e podendo ser analisado segundo diferentes escalas de análise. E, pode ser entendido como o resultado da dinâmica aplicação, do trabalho socialmente produzido e reproduzido, sobre a natureza onde, e modificado, transformado, conforme as possibilidades e as necessidades socioeconômicas de cada local e região. Assim sendo, o espaço é o resultado da interação da sociedade e da natureza, marcado pela revolução histórica e tecnológica. O espaço é dinâmico porque nunca está pronto e acabado, sendo constantemente alterado conforme as necessidades, formas de pensar e interagir da sociedade. Portanto, é no espaço, em suas diferentes escalas de análise, que se concretizam as ações da sociedade.

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Geografia e colaborador do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA/UFPEL.

² Mestranda do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC/RS, Bolsista Capes.

³ Professora Adjunta do Departamento de Geografia e Economia e coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA/UFPEL.

No entendimento do geógrafo Milton Santos (1996)

“o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (...). O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”. (SANTOS, 1996, p. 51).

Uma das escalas de análise possível é, ao mesmo tempo, setorial e territorial, classificada com espaço rural. Entretanto, há que se entender o espaço rural muito além daquilo que não é urbano, uma vez que este tipo de conceituação é impregnada de elementos ideológicos, onde considera-se o urbano com sendo dinâmico, desenvolvido tecnologicamente e civilizado, colocando, de outro lado, o espaço rural como sendo disperso, estagnado, atrasado, justificando, dessa forma, a necessidade de uma intervenção na qual o urbano tem a atribuição de modernizar e industrializar o rural como forma de civilizá-lo, sendo o devir do espaço rural tornar-se urbano. Outrossim, não é justo classificar o espaço rural como sendo o espaço da produção agrícola, numa visão reducionista à realidade deste. O espaço rural é um espaço com características próprias, variando de lugar para lugar, segundo suas características naturais (clima, vegetação, hidrografia, etc.), e segundo suas características sociais (cultura, ocupação, etc.).

Sendo o espaço a simbiose entre os elementos da sociedade e na natureza, com a marcante presença da cultura, evidencia-se a fundamental presença de elementos materiais e simbólicos que relegam ao lugar traços identitários. Entretanto, por meio da ação de cultura pós-modernos, verifica-se a disseminação de elementos simbólicos urbanos que vão sendo (re)absorvidos e (re)incorporados à cultura local⁴. Segundo Froehilch (2004),

“a coexistência desses diferentes códigos simbólicos – em um mesmo grupo, indivíduo ou localidade – distingue o cenário social das sociedades contemporâneas. Os indivíduos não pertencem mais a um só grupo ou localidade e, portanto, não têm mais uma única identidade distintiva e coerente, são híbridas, maleáveis e multiculturais

⁴ Uma vez absorvidos e incorporados os elementos simbólicos urbanos passam a compor o conjuntos dos valores dos lugares onde foram inseridos. Dessa forma, por meio da dinamicidade do espaço há uma retroalimentação destes elementos e de outros que vão substituindo ou sendo incorporados aos grupos locais.

(CANCLINI, 1995). E, como as possibilidades tecnológicas e sociais de nossa época possibilitam aos indivíduos e aos grupos intervir em escalas territoriais múltiplas, esta construção identitária acaba por internalizar, muitas vezes, as contradições (ou os paradoxos) entre as diversas escalas de 'pertencimento'. (FROEHILCH, 2004, p. 291)

Em outras palavras, Froehlich afirma que o espaço rural, muito além de ser multifuncional por necessidades, é multicultural por desejo, de um lado, seus habitantes desejam estarem conectados ao mundo inserindo novos elementos na identidade local e, por outro, pela própria movimento globalizante, em seus preceitos da construção da “aldeia global”, injeta a todos os locais onde os meios de transporte e os veículos de comunicação conseguem “vender” seus produtos e idéias. Mas, não julgando o tipo do impacto da globalização do espaço, grosso modo, pode-se identificar no espaço rural, também, um espaço plural no qual, segundo o próprio Froehlich (2004),

“há diferentes formas de se afiliar ou identificar com um território (produção, emprego, ocupações, patrimônio, residência, residência secundária, lazer, turismo, etc.)”. (FROEHILCH, 2004, p. 274)

Neste sentido, é evidente que o espaço rural vem adquirindo outras funções e outras atividades econômicas que não apenas a produção agrícola, ficando evidente, não somente, a multifuncionalidade do espaço, como também, a presença de elementos multiculturais.

AGRICULTURA, GLOBALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DA MULTIFUNCIONALIDADE DO ESPAÇO RURAL

Uma vez que o espaço rural é a combinação de fatores naturais e sociais pode-se afirmar, com certa margem de segurança, que suas atividades econômicas variam de acordo com estas combinações, principalmente, a atividade agrícola, no que concerne ao que se produz de acordo com as características dos agroecossistemas presentes em cada região. Entretanto, no decorrer das décadas a agricultura adquire outros contornos produtivos onde, ao mesmo tempo há o aumento das áreas agrícolas, mas, por outro lado, a diminuição do número de propriedades rurais.

Em primeira instância esta questão parece ser contraditória, mas, na verdade, é resultado do modelo implantado na agricultura brasileira a partir da década de 1950, conhecida como revolução verde, a qual difundiu-se no processo produtivo os insumos químicos e a mecanização da atividade agrícola, o que vai proporcionar, em primeira análise, um aumento da produtividade, bem como a

substituição da mão-de-obra humana pela máquina, agilizando o processo de plantio e colheita. No final da década de 1980 entra na cadeia produtiva agrícola os organismos geneticamente modificados - OGM's -, representado pelas sementes transgênicas, que figura como um elemento alterador do processo produtivo. Todo este processo modernizador pelo qual a agricultura passa nessas últimas décadas vai alterar a estrutura produtiva e acentuar o êxodo rural.

As alterações que se sucederam no espaço agrário brasileiro no decorrer das décadas, somada ao movimento de globalização e a abertura dos mercados e economias nacionais às importações, irão impactar a produção local, principalmente da agricultura familiar, uma vez que muitos produtos importados de outros países são produzidos à custa da aplicação de altos subsídios agrícolas, o que não acontece no Brasil, baixando o custo da produção e possibilitando que os produtos importados entrem no mercado brasileiro a um custo menor que o próprio produto local⁵.

É importante entender estes dois processos que se sucederam e que influenciaram no espaço rural, as alterações na produção agrícola ao longo das décadas e o movimento da globalização dos mercados, para ingressar na discussão que é o objeto de estudo do presente artigo, a **multifuncionalidade do espaço rural**.

Assim, a partir do momento que o espaço rural diminui sua atividade agrícola, na maioria das vezes por esta ser inviável ao produtor rural, leva os agricultores e outros membros do grupo familiar a buscar outras formas de sobrevivência, ou seja, a inserção de outras atividades econômicas não agrícolas no espaço rural.

Outro aspecto que contribui para a substituição da atividade agrícola por outras atividades econômicas não agrícolas no espaço rural é que, também, por conta da visão de que o espaço rural é um lugar atrasado, visto como não civilizado, passa a não ser atrativo para os mais jovens, que irão buscar outras oportunidades na cidade, ou seja, não há interesse nas famílias de que seus filhos vivam da atividade agrícola, considerando esta atividade e o espaço rural como sendo “sem futuro” aos mais jovens, fazendo com que estes jovens trabalhem com outras atividades não agrícolas no espaço rural ou mesmo migrem para as cidades onde estudarão e buscarão outras alternativas de trabalho⁶.

Dessa forma, uma vez que a agricultura começa a não gerar os rendimentos esperados para os agricultores inicia-se um processo de investimento em outras atividades econômicas, das mais diversas, dotando o espaço rural de outras funcionalidades que não apenas a atividades agrícola.

⁵ Esta questão pode ser exemplificada com o fenômeno do pêssego grego que entrou no mercado brasileiro a um preço menor que o pêssego Pelotense, um dos principais produtos produzidos desta cidade, fazendo com que muitos produtores parassem de produzir por não haver retorno financeiro, levando a falência muitas pequenas agroindústrias e outras indústrias grandes na região.

⁶ As migrações dos jovens podem ser definitivas, ou seja, terão uma nova residência na cidade, ou poderá ser pendular, quando sua residência é próxima à cidade e este faz um movimento diário à cidade.

Outro aspecto a ressaltar é que no espaço rural há a maior presença dos elementos da natureza. No entanto, a partir do processo de modernização agrícola iniciado com a revolução verde, identifica-se uma constante diminuição das áreas com forte presença destes elementos naturais por conta de um modelo agrícola exploratório adotado por muito agricultores, gerando, de certa maneira, uma crise ambiental em determinados agroecossistemas.

Assim, diante da crise provocada por este modelo agrícola, muitos cientistas, governos, organizações não-governamentais – ONG's –, e parte da população consciente encontram-se preocupados em encontrar alternativas de desenvolvimento que propiciem ao meio ambiente a sua preservação e recuperação gradual e sistemática, tendo em vista a sustentabilidade da vida humana na Terra.

Entretanto, de acordo com a Sociedade Internacional de Economia Ecológica, a sustentabilidade é uma relação entre sistemas dinâmicos, econômicos e ecológicos, orientada pelos requisitos de que a vida humana possa evoluir; de que as culturas possam se desenvolver; e de que os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro dos limites que impeçam a destruição da diversidade e da complexidade do contexto ambiental.

Dessa forma, nos últimos anos, tem-se intensificado o debate pela sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social por parte de intelectuais das mais diversas áreas do conhecimento (Economia, Biologia, Sociologia, Geografia, entre outras). Entretanto, o ponto predominante em todas as análises é em relação à busca de um modelo de desenvolvimento econômico e social que esteja em harmonia com a natureza, permitindo a sustentabilidade e a vida das gerações futuras. Novas temáticas passaram a ocupar as preocupações dos cientistas sociais, tais como os impactos ambientais dos processos produtivos agrícolas e a sustentabilidade no uso dos recursos naturais.

Sabe-se que, no atual modelo de desenvolvimento, a produtividade é resultado do incremento tecnológico (capital), depreciando as potencialidades representadas pela mão-de-obra disponível e pelos ciclos naturais de formação dos ecossistemas. Na lógica empresarial da produção capitalista, maximizar a produção de cada trabalhador significa extrair o maior volume possível sem elevar o custo, independentemente do volume produzido. Assim, o investimento em tecnologia poupadora de mão-de-obra é o objetivo natural. Em outra racionalidade, a busca é por maior auto-suficiência econômica das comunidades e melhoria substancial das formas de consumo e qualidade de vida, onde o emprego da técnica é visto como uma mediação necessária e dinâmica entre a organização produtiva e os ecossistemas.

Diante disso, impõe-se agora mais do que nunca, um desenvolvimento regional responsável. Responsabilidade com a sustentabilidade do processo produtivo, que vai além de sua dimensão ecológica, mas também busca a sustentabilidade econômica, social, cultural, política e tecnológica de cada local, de cada região.

Entretanto, esta preocupação pela defesa e uso racional dos recursos por conta do discurso capitalista é contraditória, uma vez que, somente há o interesse da preservação e uso racional quanto estes podem ser convertidos em potenciais mercadológicos e de geração de lucros ao capital privado. Em outras palavras, a ideologia capitalista criou um discurso preservacionista para o espaço rural, no sentido de estes lugares tornarem-se propícias às atividades de turismo rural.

O TURISMO NO ESPAÇO RURAL

O turismo, enquanto atividade econômica, se tornou nas últimas décadas como o terceiro maior mercado movimentador de capital. Entretanto, nem todos os espaços são turísticos. Existem fatores do patrimônio local, material e imaterial, e da paisagem que são preponderantes na escolha de alguns lugares em detrimento de outros, por parte daqueles que buscam lugares turísticos.

Mas, porque uma região ou lugar se torna turístico? Para que e para quem o turismo é pensado? Esta pergunta cabe no sentido em que cada vez mais a ideologia capitalista tem divulgado uma idéia preservacionista no que concerne à natureza, em outras palavras, defende que a manutenção dos recursos naturais é necessária na medida em que estes são potenciais de atividades lucrativas, por parte dos grandes grupos empresariais. Cabe ressaltar, ainda, que o aumento na atividade turística se deve, em muito, a crescente oferta deste no espaço rural, denominado, entre outros, de *ecoturismo* ou *turismo rural*. Contudo, o espaço rural sempre foi classificado como o espaço da produção primária, da produção agrícola, independente do volume da produção, no entanto, percebe-se cada vez mais o surgimento de diversas outras atividades econômicas sendo desenvolvidas no espaço rural o que, em outras palavras, compreende-se, como a **multifuncionalidade do espaço**.

TURISMO RURAL – BREVE REVISÃO TEÓRICA

O turismo no rural, na acepção da palavra, compreende as diversas formas de turismo no espaço rural. É caracterizado pela abundância de recursos materiais suscetíveis de atrair pessoas que buscam o lazer, descanso e recuperação física e mental. São usados também, termos como agroturismo, turismo verde ou ecoturismo, que representam a procura diferenciada de atividades recreativas e de lazer no meio rural.

De acordo com ALMEIDA e BLÓS (1997), se distingue o turismo rural, quando o conjunto da população usufrui dos rendimentos provenientes da atividade turística. Ou seja, quando os benefícios são revertidos em favor dos próprios agricultores, denomina-se de agroturismo. Portanto, são excluídos da definição de turismo rural atividades turísticas baseadas em complexos residenciais, grandes hotéis, campos de golfe ou estações termais.

Como atividade econômica, o turismo rural parece ser uma via natural para o progresso de zonas rurais desfavorecidas, permitindo aos agricultores combinar a diversificação das suas atividades

com uma melhor valorização das suas produções e de seu patrimônio cultural. Além de rendimentos complementares, traduzidos no desenvolvimento do comércio e da agroindústria familiar, o turismo produz melhorias na infra-estrutura e nos serviços de apoio, beneficiando, em primeiro plano, a população local. Esta questão traz à tona como o espaço rural tem se tornado, cada vez mais, o espaço da pluriatividade. Dessa forma, há uma relação bastante tênue entre a multifuncionalidade do espaço rural e a pluriatividade no espaço rural, onde a primeira está associada ao uso do espaço propriamente dito, alterando a dinâmica e paisagem segundo as necessidades das comunidades locais e, o segundo, associado ao tipo de trabalho humano praticado no território rural.

Dessa forma, o resgate e a implementação da produção caseira e artesanal peculiar à tradição das comunidades rurais, é um modo de fazer frente à crise econômica que paira sobre o meio rural, aos efeitos perversos do êxodo rural, resgatando a cultura local, criando alternativas de renda e preservando os ecossistemas. Como fator de desenvolvimento econômico e social, esta atividade promove a geração de novos empregos, aumento da demanda de produtos agropastoris, a construção de instalações apropriadas, para o recebimento de pessoas que acorrem no espaço rural em busca de atividades ligadas ao turismo, e o incentivo a pequenas e médias empresas direta ou indiretamente associadas ao setor rural.

Segundo CALATRAVA (apud ALMEIDA e BLÓS, 1997), criar rendimentos complementares, infra-estruturas terciárias de interesse da população rural e manter o equilíbrio entre os sistemas ecológico, sócio-econômico e cultural do meio rural, são os requisitos básicos do turismo rural. Dessa forma, o turismo no espaço rural perfila-se hoje como uma atividade econômica suscetível de participar dos planos de desenvolvimento, sejam locais ou regionais e, em determinadas situações, constituir o eixo desse processo. Não obstante, o turismo, muito além de ser uma prática que promove o espaço rural e que gera rendimentos para os seus, é uma alternativa para alavanca o desenvolvimento local e regional, que leva a revalorização e a ressignificação do espaço rural, não apenas para aqueles que o habitam, como também, para aqueles que buscam alternativas de lazer, novas paisagens, lugares mais tranquilos, ou seja, há um movimento de redescoberta da tranquilidade dos territórios rurais.

Para a geografia, o turismo é mais do que estudar as linhas e a intensidade do fluxo de pessoas em direção a um ponto no espaço (lugares), interessa conhecer os processos que o envolvem como meio pelo qual se compreende a apropriação do espaço efetivando sua importância e revelando as suas tendências espaciais. Evidentemente, não há como negar que existem os lugares de dispersão, classificados como emissores, em geral caracterizados como o lócus cotidiano dos que buscam o turismo; os lugares de deslocamento, onde ocorrem os fluxos proporcionados por sistemas e redes de transporte e comércio que atenda ao público transitante; e os lugares de atração, classificados como receptores, que variam de acordo com o público que, por meio do marketing e da publicidade que promove estes espaços, recebe um público, em geral, pré-selecionado.

Quanto a esta última afirmação é importante ressaltar que os espaços turísticos em seu processo de planejamento buscam organizar todo seu espaço a oferecer para públicos pré-determinados, uma vez que o sistema de marketing atinge a uma população específica, tendo campanhas publicitárias voltadas para cada tipo de público. Dessa forma, em muitos casos é a paisagem que é “vendida” ao turista, sendo esta o primeiro contato do turista com o lugar desejado para turismo, ocorrendo que, em muitos casos, o turista deseja visitar estes lugares apenas por meio da publicidade desenvolvida em torno deste.

Alguns autores sugerem a delimitação dos espaços (lugares) turísticos, classificando-os nos seguintes tipos: Espaços com recursos geoturísticos; Espaços com infra-estrutura básica; Espaços com infra-estrutura turística (estes últimos são considerados como verdadeiros espaços turísticos), o que reforça a questão do marketing abordada anteriormente, na medida em que a paisagem demonstrada nos diferentes espaços rurais são a realização dos desejos pessoais e coletivos de grupos específicos, segundo faixa etária, nível social, dentre outros fatores.

Definir uma parcela do espaço como eminentemente turístico, exige uma disposição da sociedade que habita este lugar, zona ou mesmo espaço, com a respectiva prática do turismo, onde algumas categorias geográficas devem ser analisadas, como: os deslocamentos espaciais; o movimento e a mobilidade; e, as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas que alteram a lógica e as formas dos deslocamentos e, em consequência, as percepções dos “outros” lugares e das “outras” paisagens.

Enquanto nas metrópoles, destituídas de cenários naturais, são criadas reservas, parques ecológicos, jardins zoológicos, áreas de montanhas ou sítios propícios para esporte e lazer; no setor rural, estas possibilidades estão à disposição do homem sem ter que recorrer a cenários criados artificialmente. Devido a isto, o espaço rural pode se constituir em lugar privilegiado para a exploração turística e possibilitar a criação de atividades paralelas à produção agropecuária, sendo assim, promoção de outras atividades econômicas não agrícolas, não significa, de maneira nenhuma, que estas tenham que desaparecer, ao contrário, uma vez que a busca por atividades turísticas no espaço rural por parte dos cidadãos objetiva o contato com as atividades rurais cotidianas, bem como aos produtos destas atividades, enquanto consumo e conhecimento.

Desse modo, enfatiza-se o turismo no espaço rural como uma nova proposta de um potencial que oferece alternativas para as diversas atividades já desenvolvidas pelos produtores, na medida em que os rendimentos obtidos com a atividade turística venham a beneficiar o desenvolvimento da agricultura familiar, propiciando iniciativas que promovam o desenvolvimento local, em primeira instância, e regional conseqüente, na medida que amplia os fluxos de pessoas, ao mesmo tempo em que este movimento não descaracteriza e desqualifica o espaço rural, mas ao contrário, necessita preservar sua identidade cultural e produtiva, para continuar sendo um lugar de atração de turistas.

Este trabalho pretende analisar as possibilidades e restrições para o desenvolvimento do turismo no espaço rural, diante das potencialidades agroecológicas locais e regionais. Dentro desse contexto, os resultados da pesquisa visam proporcionar o entendimento da realidade local no que se refere à preservação das tradições da agricultura familiar de origem colonial, a qual mantém padrões próprios de sustentabilidade e de relação com o ambiente, com vistas à implantação de um museu etnográfico na área rural do município de Pelotas, integrando um conceito amplo de territorialidade (cultura e ambiente), produzido ao longo do tempo no referido espaço.

LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Pelotas localiza-se ao sul do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil) e é composta por 9 distritos. A Colônia Maciel – área pesquisada – localiza-se no 8º distrito de Pelotas (Distrito de Rincão da Cruz). Dista aproximadamente quarenta quilômetros do centro urbano de Pelotas, com acesso pela BR 392, em direção ao município de Canguçu. A colônia conta com uma população de aproximadamente 1000 habitantes, divididos entre as áreas urbana e rural⁷.

Na historiografia do Rio Grande do Sul - RS, a região sul do Estado é caracterizada como um grande núcleo étnico “lusó-afro-brasileiro”, em contraposição à região serrana do nordeste do Estado e a região central do planalto, caracterizadas como grandes núcleos étnicos “italo-germânicos”. No entanto, essa aceção geral não corresponde à realidade uma vez que existe uma grande concentração de descendentes de imigrantes europeus, não-portugueses, na zona rural localizada entre os municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu. Na região colonial de Pelotas existe a particularidade da presença de uma variedade de etnias: italiana, alemã, pomerana e francesa. Portanto, essas levas de imigrantes vieram para o Brasil para substituir a mão-de-obra escrava. Historicamente, como os imigrantes italianos foram os últimos a chegar, já no último quartel do século XIX, passaram a ocupar áreas localizadas nas encostas da Serra Geral e dos Tapes, esta última abrangendo parte do município de Pelotas. Além disso, seus lotes de terra eram menores em relação aos dos imigrantes alemães (em média 70ha), nesse caso, não ultrapassando 30ha.

Em termos geomorfológicos e geológicos a região colonial de Pelotas, e no que concerne à ocupação, possui uma característica semelhante às demais colônias do RS, ou seja, está localizada, na Serra dos Tapes, com relevo acidentado onde não é possível praticar uma agricultura altamente mecanizada.

⁷ Há a classificação de “rural” e “urbana” devido á classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que classifica os núcleos mais densamente ocupados, ainda que em lugares predominantemente rurais, como sendo urbanos.

A Colônia Maciel é caracterizada pela ocupação de descendentes de imigrantes italianos, cujas primeiras levas chegaram a partir de 18⁸⁵. Contudo, por estar localizada bastante próximo às colônias de imigrações germânicas e francesas, ao longo do processo de ocupação e permanência, possibilitando que houvesse uma considerável miscigenação, principalmente entre alemães e italianos, mas ainda assim os habitantes da Colônia Maciel guardam fortes traços culturais, como por exemplo, o uso do dialeto, hábitos da culinária e principalmente a produção de vinho, que garantem a reprodução das características originais dos imigrantes italianos.

A COLÔNIA MACIEL E O TURISMO RURAL: INFORMAÇÕES PRELIMINARES

No caso da Colônia Maciel, observa-se um locus de grande potencial de desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo rural. Primeiramente, porque, este local tem em sua origem a ocupação da imigração italiana que, de posse das terras, tratou de transformá-la, alterá-la segundo suas necessidades de sobrevivência e desenvolvimento local. Assim, na configuração do arranjo espacial criado por estes imigrantes encontram-se ainda hoje, enquanto patrimônio material, as primeiras casas de pedra, construídas para abrigar às famílias, moinhos, pontes antigas, instrumentos de trabalho e de lazer, fotos antigas e todo tipo de acervo propício para museu. De outro lado, como parte do patrimônio imaterial, tem-se os relatos orais, a preservação de técnicas, culinária, da prática religiosa, enfim, traços marcantes de uma cultura que ao mesmo tempo foi alterando-se, devido ao contato com elementos da modernidade, mas que também deixou marcas materiais de sua ação. Ainda, encontram-se os elementos físicos que propiciaram o assentamento destas famílias como as florestas e cursos d'água, configurando-se no binômio paisagem e memória.

Em segundo lugar, todo este patrimônio material e imaterial deixado pelos imigrantes inclui o Museu da Colônia Maciel na classificação de Ecomuseu⁹, que o torna uma ação consciente da comunidade com o objetivo de desenvolver o território que habita, a partir da valorização da história local e do patrimônio, natural e cultural, ali existente. Nesse sentido, o enquanto um museu em uma classificação comum possui um prédio, uma coleção de objetos e um público visitante o ecomuseu possui, respectivamente, um território (vinculado a uma história e cultura local), um patrimônio (material e imaterial) e uma comunidade participativa, que demanda e trabalha no desenvolvimento local.

Nesse sentido, a partir da análise desses elementos pretende-se elaborar um diagnóstico que estabeleça as bases para a criação de um circuito cultural e turístico na Colônia Maciel, a fim de desenvolver sócio-economicamente a região e, ao mesmo tempo preservar os ecossistemas locais.

⁸ Entretanto, a primeira construção, um casarão de pedra, data de 1887, o que significa que primeiramente os imigrantes estabeleceram-se na cidade e somente depois na colônia.

⁹ O radical “*eco*” do termo ecomuseu deriva, o “*e*”, do termo grego *oikos* que significa a casa, lugar, propriedade, um território delimitado, e “*co*” está diretamente relacionado com a comunidade. Dessa forma, “*eco*” significa um território com uma característica cultural e comunitária próprios do lugar.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. A. BLÓS, W. Turismo e Desenvolvimento em Espaço Rural – uma abordagem regional. **Ciência e Ambiente**, UFSM, n.05, jul. de 1997.

ALMEIDA, J. A.; REIDL, M. (orgs) **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000 (Coleção Turis).

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

ALVAREZ, J. R. D. **Geografia do Turismo**. Madrid: Coletión de Espanã, 1979.

ANDRAE, Franz. A sustentabilidade em um mundo de sistemas abertos. **Ciência e Ambiente**, n. 9, p.17-27, jul/dez, 1994.

BECKER, D. F. Competitividade: um novo padrão ambiental de desenvolvimento regional. **Redes**, Santa Cruz do Sul: UNISC, v. 1, n.1, 1996. p. 107-112.

BÉRRIOS, M. R. G. O Uso dos Atributos Naturais como Recursos Turísticos no Brasil. **Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo Sol e Território**. Depto. De Geografia, USP. São Paulo, jul. 1995.

BRINCKMANN, W. E. A pequena propriedade familiar e o desenvolvimento rural sustentável. In: **Ágora**, Santa Cruz do Sul, UNISC, v.1, n. 2, p. 51-75 out, 1995.

BROSE, M. Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. In: ETGES, V. E. (org). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 11-18.

CABRAL, L. O.; SCHEIBE, L. F. Sobre a dinâmica do território mercantil num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar. **GEOGRAFIA**. Rio Claro: UNESP, n. 01, v. 30, jan./abr., 2005.

CANUTO, J.C.; SILVEIRA, M.A. da e MARQUES, J.F. Sentido da agricultura familiar para o futuro da Agroecologia. **Ciência e Ambiente**, n. 9, jul/dez, 1994.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7ª ed., 2005.

ETGES, V. E. O espaço rural no contexto da acumulação flexível. In: ETGES, V. E. (org). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 131-139.

FREUD, B. O desenvolvimento Regional na Europa. In: ETGES, V. E. (org). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 131-139.

GLICO, Nicolo. Los factores críticos de la sustentabilidad ambiental del desarrollo agrícola. **Ciência e Ambiente**, n. 9, p. 39-55, jul/dez, 1994.

FROEHIICH, J. M.; Monteiro, R. C. As perspectivas de uma nova ruralidade pela óptica urbana: o campo semântico rural-natureza. In: FROEHIICH, J. M.; DIESEL, V. (orgs). **Espaço rural e desenvolvimento regional**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004 (Coleção Trabalhos Científicos).

FROEHIICH, J. M. A (re)construção de identidades e tradições: o rural como tema e cenário. In: FROEHIICH, J. M.; DIESEL, V. (orgs). **Espaço rural e desenvolvimento regional**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004 (Coleção Trabalhos Científicos).

GÓMEZ, H. W. Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo. **Redes**. Santa Cruz do Sul: UNISC, v. 1, n. 1, p. 143-161, 1996.

KITAMURA, Paulo C. Agricultura e desenvolvimento sustentável: uma agenda para discussão. In: **Ciência e Ambiente**, IV, n. 6, jan/jun, 1993. p.37-49.

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar: do mito à realidade**. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1998.

MARTINS, S. C. F. P. ; MIORIN, V. M. F. Estudo de Paisagens Cênicas: Turismo Rural. **Revista Geografia – Ensino e Pesquisa**, UFSM. Santa Maria, n.8 – 9, 1995.

MORETTI, E. C. RODRIGUES, A. M. Atividade turística e transformação territorial: discurso e ação do estado no Pantanal-MS. In: GERARDI, L.H.O . e MENDES, I. A . M. (Orgs.) **Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades: temas da Geografia contemporânea**. Rio Claro: AGETEO, 2001.

NEUMANN, Pedro S. O processo de produção agrícola e a preservação dos ecossistemas. **Ciência e Ambiente**, IV, n. 6, p. 51-62, jan/jun, 1993.

PAVIANI, A. Impactos Sócio-ambientais do Turismo. **Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo Sol e Território**. Depto. de Geografia, USP. São Paulo, jul. 1995.

PEREIRA, M. F. V.; GONÇALVES, A. R. O ecoturismo em Brotas-SP: ação pública e privada na produção da localidade turística. **GEOGRAFIA**. Rio Claro: UNESP, n. 02, v. 29, mai./ago., 2004.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2º ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

ROSA, M. **Geografia de Pelotas**. Pelotas: UFPel, 1985.

SACHS I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. **Desenvolvimento sustentável**. Brasília: IBAMA, 1996. (Série Meio Ambiente em Debate).

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SALAMONI, G. **Produção familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável - o exemplo de Santa Silvana – Pelotas- RS.** Rio Claro: UNESP, 2000. (Tese de Doutorado)

SALAMONI, G. e GERARDI, L.H.O. Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar. In: GERARDI, L.H.O . e MENDES, I. A . M. (Orgs.) **Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades: temas da Geografia contemporânea.** Rio Claro: AGETEO, 2001.

SANTOS, M. **Território e sociedade.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **A natureza do Espaço: Espaço e tempo, razão e emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 50-71.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 6ª ed., 2004.

SILVEIRA, P. e DALMORA, E. Interconexões econômicas e ecológicas na gestão dos sistemas de produção. **Ciência e Ambiente**, IV, n. 6, p.63-73, jan/jun, 1993.

WEISSBACH, P. R. M.; BERRIOS, M. B. R. Possibilidades de aproveitamento turístico da área rural de Cruz Alta – RS. In: GERARDI, L. H. de O. **Ambientes: estudos de geografia.** Rio Claro: UNESP, 2003. p. 23-36.

VIDEIRA, S. L. Território-rede: influência do tempo das coexistências. **GEOGRAFIA.** Rio Claro: UNESP, n. 03, v. 30, set./dez., 2005.

VIEIRA, M. L.; OLIVEIRA, L. de. Imagem Turística. In: **GEOGRAFIA.** Rio Claro: UNESP, n. 01, v. 25, abr., 2000.